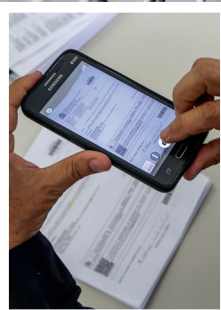


JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano XIX - Edição 110 - maio 2018

Detentas grávidas são beneficiadas com decisão do STF

pág 06



pág 11

Aplicativo de celular facilita trabalho dos Oficiais de Justiça



pág 16

Desembargadora Marilza Maynard é Prata da Casa



- CURSOS PARA MAGISTRADOS -

- CURSOS PARA SERVIDORES -

- CURSOS PARA O PÚBLICO EXTERNO -



3226-3318/3166/3364
www.tjse.jus.br/ejuse/

ejuseadministrativo@tjse.jus.br
ejusemagistrado@tjse.jus.br
ejuseexterno@tjse.jus.br
ejuseservidor@tjse.jus.br
ejuserevista@tjse.jus.br
ejusepos@tjse.jus.br

Editorial

Como é possível melhorar o sistema carcerário brasileiro? Esta pergunta tem inquietado autoridades e a sociedade como um todo, especialmente diante de uma onda de violência que parece só aumentar. Nesta edição da revista *Judiciarium*, o tema é tratado com o Juiz da Vara de Execução Criminal do TJSE, Hélio Mesquita, e também em reportagem que aborda uma decisão do STF beneficiando detentas gestantes.

A seção *Prata da Casa*, que tem como objetivo homenagear magistrados e servidores que contribuíram para o *Judiciário* sergipano, traz uma entrevista com a Desembargadora Marilza Maynard. Ela lembra dos percalços do início da carreira na magistratura, conta como a tecnologia foi uma marca da gestão dela frente à Presidência do TJSE e também fala sobre os planos para o futuro.

E falando em tecnologia, veja como um aplicativo de celular está facilitando o trabalho dos Oficiais de Justiça do TJSE. Na seção *Com saúde não se brinca*, o diretor do Centro Médico do TJSE, Osvaldo Barreto, explica como podemos evitar as inconvenientes gripes tão comuns com a chegada do período chuvoso.

Boa leitura!

FÁBIO SOARES

Diretor de Comunicação do TJSE



04

Entrevista: Juiz da VEC fala sobre sistema carcerário em Sergipe



06

Judicial Social: Detentas grávidas são beneficiadas com decisão do STF

11

Pronto Serviço: Aplicativo de celular facilita trabalho dos Oficiais de Justiça

13

Com Saúde não se brinca: como evitar gripes

16

Prata da Casa: Desa. Marilza Maynard Salgado de Carvalho conta como foi sua trajetória no TJSE

19

Viver Intensamente: Servidor do TJSE lança livro sobre técnicas de equilíbrio mental e energético; e, no mês das mães, confira a história de mãe e filha que trabalham no TJSE

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

Planejamento e produção

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Dircom)

Diretor de Comunicação **FÁBIO SOARES**

Chefe da Divisão de Imprensa **LUCIANO ARAUJO**

Editora **JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)**

Reportagens **LUCIANO ARAUJO, REJANE MODESTO** e **LUCIANO ANDRADE**

Fotografia **BRUNO CÉSAR (DRT 1705/SE)**

Projeto gráfico **GEYZON AMARAL**

Editoração eletrônica **JEAN CARLO**

Revisão **RONALDSON SOUSA**

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

“Um número insignificante de presos trabalha ou estuda”

Juiz da Vara de Execução Criminal do TJSE fala sobre o sistema carcerário no Estado

Acompanhar os processos de pessoas já condenadas, analisar a progressão do regime e inspecionar o funcionamento das unidades prisionais são algumas das atribuições do Juiz da Vara de Execuções Criminais (VEC). Juiz Titular da VEC desde setembro de 2009, Hélio de Figueiredo Mesquita Neto ingressou no Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) em agosto de 2004. Atuou nas Comarcas de Arauá, Gararu e Vara Criminal de Lagarto, até chegar na capital. Nesta entrevista exclusiva à revista *Judiciarium*, ele fala sobre o sistema prisional em Sergipe, ressocialização de detentos e diz que trabalho e educação deveriam ser prioridade dentro das penitenciárias do país.

REVISTA JUDICIARIUM – Uma das atribuições do senhor enquanto Juiz de Execução Criminal é inspecionar os presídios. Como é essa rotina?

HÉLIO MESQUISTA – A corregedoria dos estabelecimentos penais trata-se de atribuição excepcional administrativa do juízo da execução penal. Existem, atualmente, nove estabelecimentos penais espalhados pelo Estado. Portanto, a atividade é exaustiva e arriscada,



“A harmônica integração social do condenado é um dos objetivos da execução penal”

mas de suma importância para o controle externo das custódias, principalmente em relação ao cumprimento das garantias fundamentais das pessoas encarceradas e das que trabalham no sistema. Nas inspeções, que não são anunciadas, eu costumo ingressar em uma das alas do estabelecimento e manter contato com os internos para colher eventuais reivindicações e reclamações. Depois disso, faço uma reunião com a direção e, eventualmente, com os próprios guardas prisionais. A

corregedoria que faço é focada na orientação da administração penitenciária, que possui inúmeras dificuldades impostas pelo próprio Estado. Isto sem prejuízo das ações mais contundentes, como as apurações de responsabilidades pelos excessos e eventuais interdições de estabelecimentos penais inadequados.

Na sua opinião, o uso das tornozeleiras eletrônicas tem contribuído para desafogar os presídios em Sergipe?

Na vara de execução penal são poucos os casos de uso do monitoramento eletrônico, que aplico nas prisões domiciliares deferidas aos condenados do regime fechado, normalmente por questões de saúde, já que a maioria dos estabelecimentos penais não conta com atendimento médico suficiente.

Como Juiz plantonista o senhor já teve a oportunidade de manter ou não prisões em audiências de custódia. Qual a importância desse instrumento, que em Sergipe vem sendo utilizado desde outubro de 2015?

A principal virtude da audiên-

cia de custódia, na minha opinião, é a diminuição dos casos de excesso de uso da força nas prisões em flagrante. Isto porque o responsável pela detenção já sabe que o preso será apresentado ao Judiciário poucas horas depois de efetuada a prisão. Assim, constitui importante instrumento de salvaguarda dos direitos fundamentais.

O senhor acredita que as atividades de ressocialização para os detentos contribuem para uma nova perspectiva de vida?

Sem dúvida! O ser humano responde muito bem a estímulos positivos. E a harmônica integração social do condenado é um dos objetivos da execução penal. Entretanto, essa tarefa é difícil de ser cumprida em um país que sequer consegue assegurar aquele direito aos cidadãos livres.

Os presídios de Sergipe estão preparados para ressocializar os detentos?

Nos estabelecimentos penais de Sergipe, como na maioria dos Estados, as ações são mínimas e de eficácia praticamente nula. Um número insignificante de presos trabalha ou estuda e não há qualificação profissional para a futura saída. Vale salientar que todas as pessoas presas um dia retornarão ao convívio social. Muito mais inteligente do que submeter esse contingente humano a tratamento degradante seria demonstrar que existem outros caminhos legítimos a serem seguidos, com possibilidade de realização pessoal e valorização social.

O senso comum costuma dizer que a polícia prende e a Justiça solta. Como Juiz da área criminal, o que o senhor tem a dizer sobre isso?

Essa afirmação, para além de comum, revela profundo desconhecimento do nosso sistema jurídico. Vivemos em um Estado Democrático de Direito. E toda prisão em flagrante efetuada só se aperfeiçoa depois da deliberação do Poder Judiciário sobre a sua legalidade, como consta do artigo 5º, LXI, LXII, LXIII, LXIV e LXV, da Constituição da República Federativa do Brasil. Ou seja, se houver alguma ilegalidade na detenção e se a lei admitir liberdade provisória para o caso concreto, o suspeito será colocado em liberdade.

Há quase dez anos como Juiz de Execução Criminal, o senhor chegou a presenciar uma redução significativa de detentos em Sergipe? Ou realmente a população carcerária só aumenta? Na sua opinião, por que isso acontece?

Infelizmente, a população carcerária só tem aumentado ao longo dos últimos anos. Isso deriva, entre outros motivos, de uma política pública de segurança arcaica e da falta de um tratamento penal voltado à revigoração da pessoa condenada, como disse antes. Na segurança pública o lema continua o mesmo, prender o maior número de pessoas possível, como se apenas isto fosse suficiente para estancar a criminalidade. O problema é que a esmagadora maioria das pessoas presas recebe tratamento desumano e degradante no sistema penitenciário e, até por necessidade de

“A esmagadora maioria das pessoas presas recebe tratamento desumano e degradante no sistema penitenciário”

sobrevivência nesse ambiente hostil, terminam se brutalizando. Então, qual o resultado dessa soma de ações desastrosas? Reincidência certa e retorno ao cárcere.

Para o senhor, qual seria o modelo ideal para o sistema carcerário brasileiro?

Essa questão é bastante complexa, principalmente em se tratando de um país de dimensão continental. O que pode funcionar em Roraima não surtiria efeito algum no Rio Grande do Sul, por exemplo. Existem, porém, dois pilares fundamentais no cumprimento da pena que precisam ser implementados com urgência em todo o Brasil. O trabalho e o estudo. As pessoas presas estão à disposição do Estado e são mantidas ociosas, quando deveriam ser aproveitadas como força de trabalho nas obras públicas. Além disso, deveriam contar com programas sérios de educação básica e também profissionalizante. O certo é que o modelo contido na Lei de Execução Penal é muito bom, mas nunca foi cumprido no Brasil.

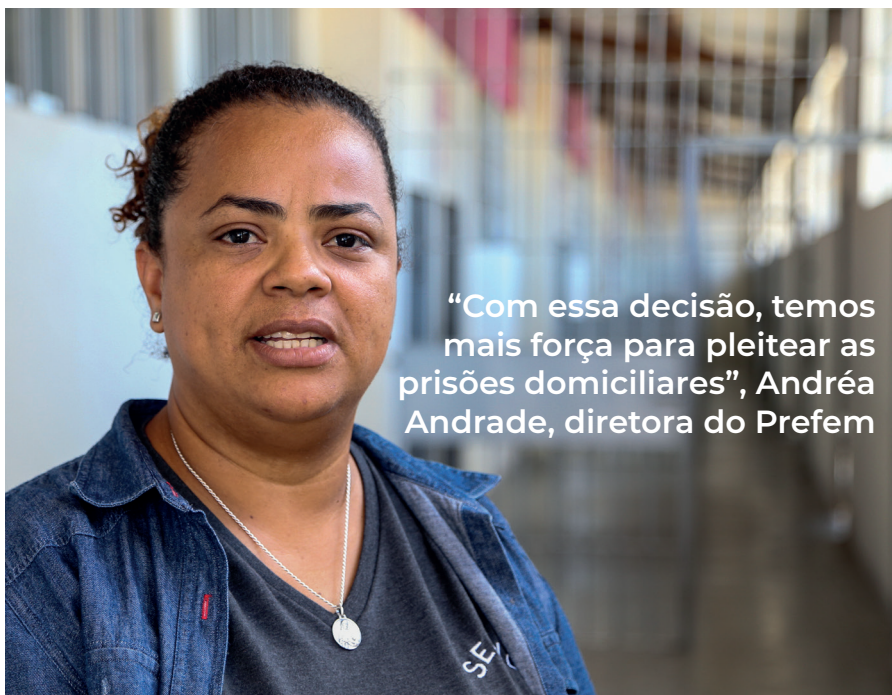
Detentas de Sergipe são beneficiadas com decisão do STF

Até março, havia no Prefem cinco gestantes e 126 detentas com filhos até 12 anos

TJSE concedeu prisão domiciliar a grávidas e mães de crianças de até 12 anos

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, em 20 de fevereiro de 2018, a substituição da prisão preventiva por domiciliar para detentas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou com deficiência. Um dos requisitos para o benefício é não ter cometido crime com violência. O STF comunicou a decisão aos Tribunais estaduais e federais, dando um prazo de 60 dias para que fossem analisadas e implementadas de modo integral as novas determinações.

No primeiro mês após a decisão, foram liberadas do Presídio Feminino de Sergipe (Prefem),



“Com essa decisão, temos mais força para pleitear as prisões domiciliares”, Andréa Andrade, diretora do Prefem

localizado em Nossa Senhora do Socorro, cinco gestantes para que pudessem aguardar o julgamento em prisão domiciliar. O Serviço Social da unidade realizou um levantamento e detectou que 126 detentas tinham filhos de até 12 anos e três eram mães de filhos especiais, de um total de 177 presas provisórias, ou seja, que ainda não tinham sido julgadas. Em março, a população do Prefem era de 238 mulheres.

Desde a decisão do STF, também é solicitado, através do Serviço Social do Prefem, a cer-

do Prefem. Os documentos formalmente apresentados para o ingresso da detenta ao Prefem são o mandado de prisão, a cópia dos documentos pessoais, o exame de corpo delito feito no dia de entrada à unidade e a identificação criminal.

As certidões de nascimento que chegam ao Prefem, muitas vezes pelas mãos de familiares das detentas, são encaminhadas à Defensoria Pública de Sergipe, órgão que presta assessoramento jurídico. “Ou o juiz pode determinar a prisão domiciliar

gestante e após o parto, mesmo estando de alta, permaneceu na maternidade. “Informamos ao Judiciário, através de relatório social, a necessidade da permanência da mãe porque o bebê teve diagnóstico suspeito de sífilis e só poderia ser alimentado com o leite materno. A detenta passou por uma perícia do Tribunal, com assistente social e psicóloga. Depois disso, o Juízo processante concedeu prisão domiciliar. Ou seja, cada caso tem a atenção necessária”, destacou Andréa.

Porém, conforme o Supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF/TJSE), Desembargador Diógenes Barreto, a existência das crianças não garante qualquer benefício ou possibilita a conversão em prisão domiciliar automaticamente. “É analisado cada caso em concreto, cabendo à autoridade judiciária reconhecer se a substituição se mostra inviável ou inadequada”, informou o desembargador.

Ele lembra que a decisão atende a uma garantia constitucional do dever de colocar a criança a salvo “de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal. “A decisão no HC coletivo tenciona, nesse passo, comunicar aos órgãos e departamentos penitenciários para que, independente de outra provocação, subsidiem os juízos de direito com a informação da condição das presas custodiadas que se encaixem na abrangência da



“Vejo essa decisão como uma oportunidade para mudar de vida”, A.S., de 23 anos

tidão de nascimento dos filhos. “Cerca de 60% das mulheres recebem visitas e as demais conseguem contato com familiares através de envio de cartas e pelo Serviço Social do Prefem. Há algumas situações, um número mínimo, em que elas não são as responsáveis pela criação dos filhos”, ponderou Andréa Fernanda de Andrade, diretora

de ofício”, explicou Andréa, acrescentando que mesmo antes da decisão do STF, já era feito junto à Defensoria e ao Judiciário um trabalho de análise das situações mais complexas.

Um caso emblemático, antes da decisão do STF, foi o de uma detenta que chegou ao Prefem

decisão”, acrescentou o supervisor do GMF.

Atendimento

As gestantes grávidas internas do Prefem recebem visitas de um obstetra da Secretaria de Saúde do município de Nossa Senhora do Socorro, onde também fazem exames de ultrassonografia. “Como os partos, geralmente, não são considerados de risco, elas são conduzidas para o hospital mais próximo, que é o José Franco, em Socorro, pelos plantonistas, guardas prisionais e técnico de enfermagem. Se for de alto risco, vai para Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, em Aracaju”, informou Andréa Andrade.

No Prefem há um berçário, onde ficam as detentas gestantes e as que tiveram bebês. Elas recebem kits para os recém-nascidos, com roupas, fraldas

descartáveis e materiais de higiene. Muitos itens são doados, outros fornecidos pela própria Secretaria de Estado da Justiça (Sejuc). “Tivemos um bebê aqui que só podia consumir um leite especial, muito caro, e a Sejuc custeou”, informou Andréa.

Esperança

“Vejo essa decisão do STF com um benefício para a criança e não para a detenta. Porque cadeia não é lugar de criança. Já fazíamos, em alguns casos, o que o habeas corpus possibilita agora. Sempre que identificávamos um caso complexo, encaminhávamos para Defensoria. Mas com essa decisão, temos mais força para pleitear as prisões domiciliares”, opinou a diretora do Prefem, Andréa Andrade.

É o que esperam A.S., de 23 anos, e J.S.N., de 25 anos, ambas acusadas de tráfico de drogas e

prestes a ter seus bebês. “Cheguei aqui com quatro meses de grávida e vejo essa decisão como uma oportunidade para mudar de vida. É minha primeira filha e meu marido está lá fora, resolvendo tudo sozinho e ajudando a fazer o enxoval. Estamos há um ano juntos e ele vem me visitar toda semana”, comentou A.S.

Já J.S.N. está grávida do segundo filho. Ela tem um menino de 6 anos, que mora com a avó paterna, em Aracaju. “Fiz a primeira ultrassonografia depois que já estava aqui no presídio, com mais de quatro meses. É uma menina. Acredito que vou conseguir ter minha filha fora daqui. Está nas mãos de Deus. Vou morar com minha mãe, que vem sempre me visitar e está comprando o enxoval”, contou.

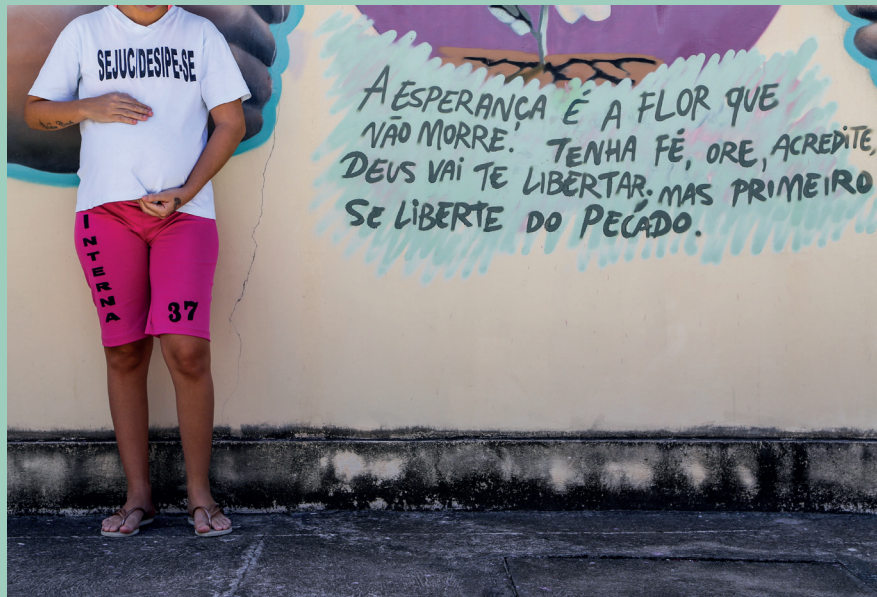
A assistente social do Prefem, Gérsia Vieira de Souza, sempre conversa com as detentas antes que elas sejam liberadas para prisão domiciliar. “Eu achei genial esse habeas corpus porque balançou a Justiça, chamando a atenção para um problema sério. Mas sempre digo que elas não estão saindo livres. Aqui nós tomamos conta. Lá fora é com elas, que estarão presas em casa”, avisa Gérsia.



Na opinião da assistente social do Prefem, Gérsia Vieira de Souza, o habeas corpus do STF chamou atenção da sociedade para um problema sério

STF analisou descumprimento de normas constitucionais

Coletivo de advogados argumentou que detentas não têm assistência regular e filhos são privados do acompanhamento das mães



O habeas corpus coletivo que ensejou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 20 de fevereiro de 2018, havia sido impetrado pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CA-DHu) em maio de 2017. Cinco advogados assinaram o pedido, alegando que a prisão preventiva de grávidas e mães de filhos pequenos e especiais impede que elas tenham assistência regular ao pré-natal e pós-parto, além privar as crianças de condições adequadas de desenvolvimento.

“O impacto desproporcional ficou ainda mais evidente no episódio envolvendo a prisão preventiva de Adriana Ancelmo, ex-primeira dama do Estado do Rio de Janeiro. Sua prisão preventiva foi determinada no âmbito da Operação Calicute do Ministério Público Federal e logo substituída por prisão domiciliar pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O episódio, que poderia simplesmente indicar a correta aplicação da lei, expôs a enorme seletividade do

sistema de justiça, que mantém as demais mulheres gestantes, puérperas ou mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade no encarceramento”, alegaram os advogados.

Outro dado utilizado no pedido foi o fato de a população prisional feminina ter crescido no Brasil, entre 2000 e 2014, em 567,4%, o que posiciona o país em quinto lugar no ranking mundial de encarceramento feminino, atrás somente dos Estados Unidos (205.400 mulheres presas), da China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751). Além disso, os advogados alegaram que, conforme dados oficiais, somente 48 unidades prisionais informam dispor de cela ou dormitório adequado para gestantes (34% das unidades femininas e 6% das unidades mistas).

“Entretanto, esses dados, ainda pouco confiáveis, foram disponibilizados numa base de dados pelo Departamento Penitenciário Nacional. Segundo consta, no dia 30 de junho de 2014, havia 1.925

crianças nos estabelecimentos prisionais do país. Entre as 342 crianças com até 6 meses de idade, apenas 121 estavam em estabelecimentos que informaram dispor de berçário ou centro materno-infantil”, apontaram os advogados, que também utilizaram artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para balizar o pedido.

Durante a sessão que analisou o habeas corpus coletivo, o relator, Ministro Ricardo Lewandowski, ressaltou a situação dos presídios brasileiros e citou dados do Infopen (Levantamento de Informações Penitenciárias) que demonstram que as mulheres presas passam por situações de privação. Em seu voto, o Ministro apresentou narrativas do que acontece com detentas nos presídios do país, demonstrando descumprimento de normas constitucionais quanto ao direito das presas e seus filhos. A maioria dos Ministros acompanhou o voto do relator.

Caso

Poucos dias antes da decisão do STF um caso chamou a atenção do país. Uma jovem grávida, de 24 anos, foi presa em São Paulo por suspeita de tráfico de drogas. Detida em um sábado, 10 de fevereiro, ela entrou em trabalho de parto no dia seguinte. Foi encaminhada para uma maternidade, onde aconteceu o parto, recebendo alta na terça-feira de Carnaval, dia 13, quando voltou para delegacia com o recém-nascido. Na quarta, foi transferida com o bebê para a Penitenciária Feminina de Santana, onde tem berçário, de onde foi liberada na sexta, 16/02, após ser concedido o pedido de prisão domiciliar.

Presídio Feminino de Sergipe foi inspecionado pelo CNJ

CNJ foi a mais de 20 unidades e Ministra Cármen Lúcia afirmou que penitenciária não é lugar para criança

Durante a visita feita a Sergipe, no dia 16 de janeiro, a Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), esteve no Presídio Feminino (Prefem), localizado em Nossa Senhora do Socorro. Na ocasião, das 229 internas, 11 estavam grávidas e três moravam com bebês no presídio. Até o final de fevereiro, o Cadastro Nacional de Presas Grávidas ou Lactantes do CNJ apontou a existência de 420 detentas gestantes e mais 265 amamentando em todo o país.

“Quero terminar o meu mandato não tendo nenhuma grávida dentro de presídio. Isso acontece por falta de rede de apoio. Todos nascem livres, mas vemos no Brasil que nem todos nascem livres”, disse a Ministra durante a visita ao Prefem, em Sergipe. A Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ, Andremara dos Santos, responsável pelo Cadastro Nacional de Presas Grávidas ou Lactantes, também visitou o Presídio Feminino de Sergipe, no dia 8 de fevereiro.

Ao todo, nos primeiros dois meses de 2018, Andremara esteve em 24 unidades prisionais de 16 Estados (Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas, Maranhão, Ceará, Sergipe, Pará, Piauí, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro), mais Distrito Federal. “Essas crianças não foram condenadas a nada.

Elas não devem estar sob a jurisdição da execução penal, mas da Vara da Infância e da Juventude”, disse a Juíza.

Durante as visitas, Andremara presenciou realidades contrastantes. Verificou desde presídios com boa estrutura física e bons equipamentos de saúde para as presas gestantes e lactantes, mas sem atendimento adequado às mulheres; como também presídios antigos, que

necessitam de reforma, mas nos quais as instalações às gestantes e lactantes estavam bem cuidadas.

Ministra Cármen Lúcia esteve no Presídio Feminino de Sergipe em janeiro, antes da decisão do STF; mas, na ocasião, já havia demonstrado preocupação com situação das detentas gestantes





Aplicativo agiliza cumprimento de mandados

Trabalho dos Oficiais de Justiça do TJSE ficou mais rápido e prático

Há cerca de 30 anos, quando o celular começou a se popularizar, era difícil imaginar que um simples aparelho poderia oferecer tantas funções. Além das ligações, hoje é possível fazer fotos, ver pessoas distantes, efetuar transações bancárias, mandar e-mails, manipular imagens, ler revistas, ou seja, inúmeras atividades na palma da mão. Sempre atento às mudanças tecnológicas, o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) criou um aplicativo para facilitar o trabalho dos Oficiais de Justiça e Executores de Mandados.

A ferramenta para os smartphones foi desenvolvida pela Diretoria de Sistemas de

Gestão Organizacional do TJSE e passou a funcionar no dia 26 de fevereiro. Para o Oficial de Justiça Clériston Alves de Oliveira, que ingressou no TJSE em 1991, a novidade marca a excelência do TJSE em relação ao cumprimento de metas de produtividade. “Antes, eu passava o dia todo na rua e só devolvia o mandado um ou dois dias depois. Agora, de onde eu estiver, se houver cobertura da operadora, já posso fazer isso”, explicou.

Clériston lembrou que, na década de 90, o cumprimento dos mandados era ainda mais difícil. “Todos os mandados eram físicos. Então, a gente tinha que pegar o mandado no

cartório da Vara após preencher um protocolo. Para devolver, a mesma coisa. Com a instalação da Central de Mandados, isso mudou um pouco. As Varas passaram a enviar os mandados para a Central e cada Oficial tinha uma pasta com os documentos que deveria dar cumprimento. Agora, quando devolvemos o mandado, na mesma hora o Juiz recebe e pode dar os encaminhamentos necessários”, comentou o Oficial.

“É só abrir o aplicativo, clicar no ícone de devolução de mandados, certificar, anexar a imagem que a gente produz antes, tirando a foto, e enviar. Muito prático”, informou o

Oficial, que costuma cumprir mandados em unidades prisionais. Só no presídio de São Cristóvão são cerca de 300 a 350 mandados em um único dia. “Chego lá às 7 horas e só saio no final da tarde”, contou Clériston. A equipe da revista *Judiciarium* acompanhou o trabalho dele no Presídio Feminino, onde em uma manhã ele cumpriu mais de 30 mandados, entre convocação para audiências, perícias e ciência de sentenças.

A detenta I.C.S. recebeu das mãos do Oficial o mandado com a sentença oriunda da 1ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju. “Vim informar sobre a sua sentença. Sua pena é de oito anos e nove meses em regime fechado”, disse o Oficial, que geralmente também acaba respondendo muitas dúvidas dos detentos sobre os processos. “Com o aplicativo, nosso trabalho melhorou consideravelmente. Deu maior celeridade ao cumprimento dos mandados”, elogiou.

Facilidades

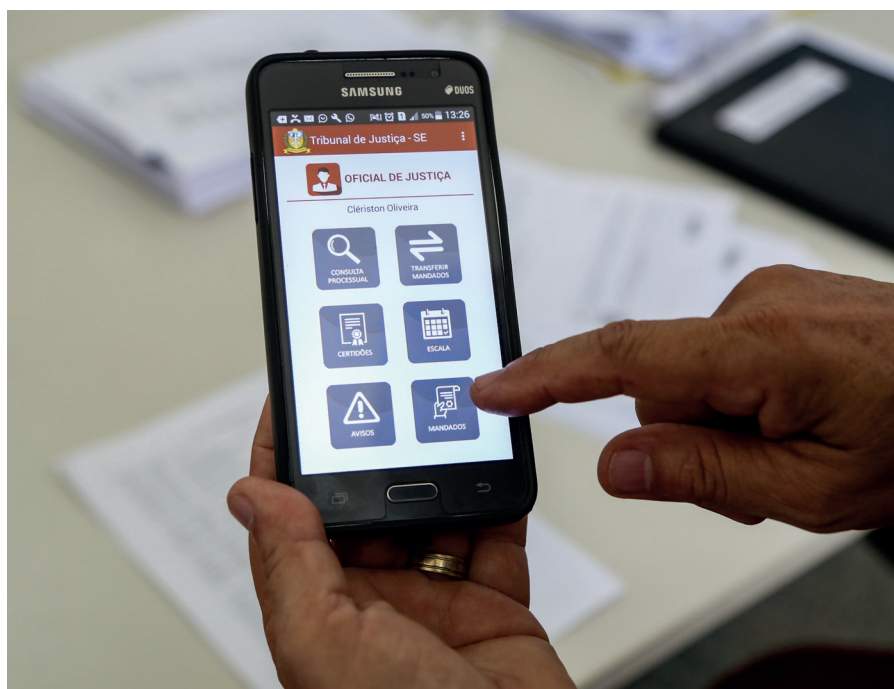
No aplicativo, também é possível encontrar o endereço cadastrado da parte para traçar a rota pelo Google Maps ou, se houver divergência de dados, atualizar o endereço utilizando o GPS do aparelho. Outras vantagens são a consulta a processos; recebimento, rejeição ou solicitação de transferências de mandados; e recebimento de notificações em tempo real.

“A possibilidade de devolver o mandado assim que cumprido propicia uma maior celeridade processual, primordialmente nas causas urgentes, onde a rápida informação nos autos da diligência é essencial. O Oficial não precisa mais se deslocar da área onde executa seu trabalho somente para devolver um mandado urgente. Com o aplicativo, a sua certidão de cumprimento do mandado é juntada de imediato aos autos do processo”, ressaltou Wilton Tompson Campos Deda, Chefe Substituto da Central de Mandados da Grande Aracaju.

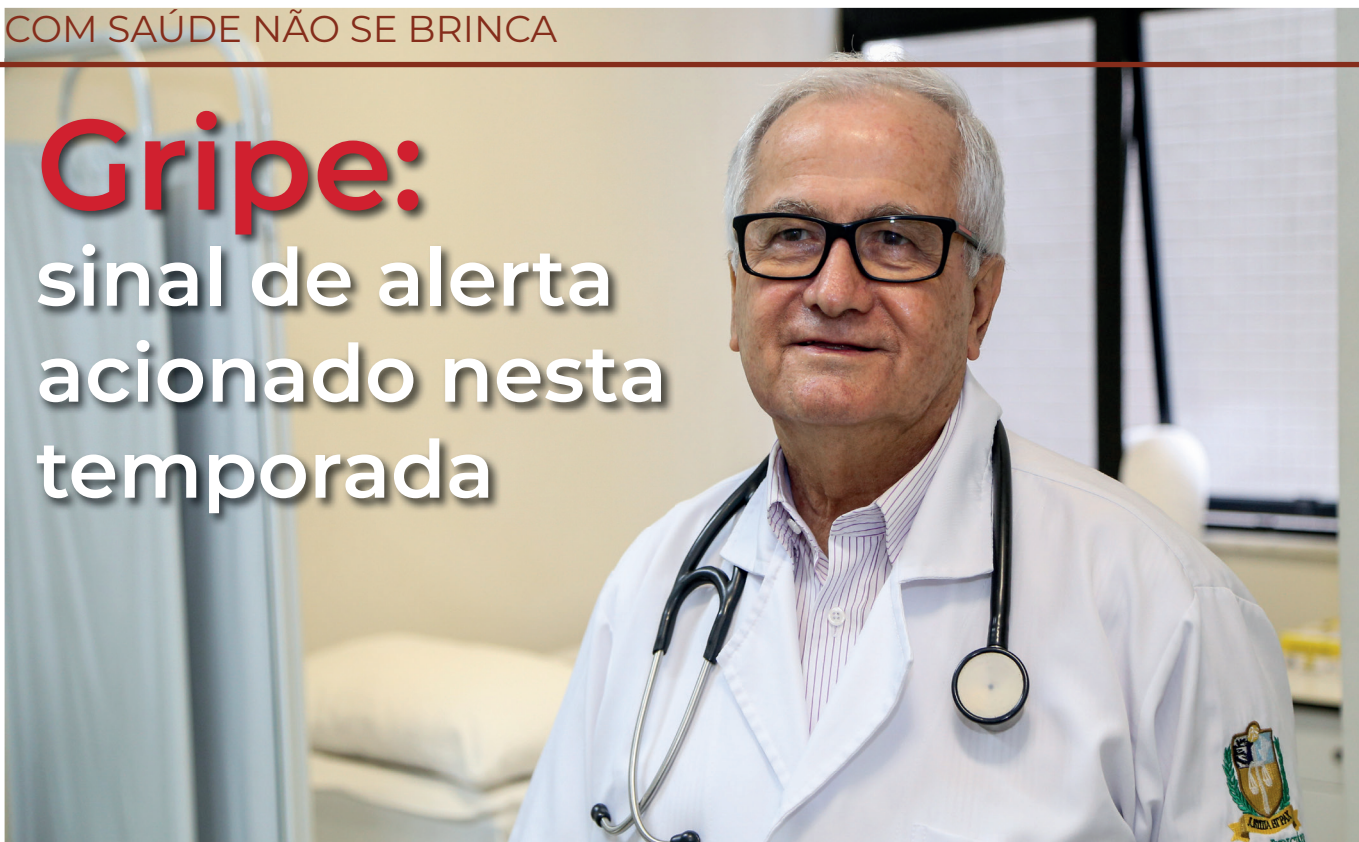
Para a Secretária de Tecnologia da Informação do TJSE, Denise Martins, a nova ferramenta está alinhada ao Planejamento Estratégico do Judiciário sergipano. “A

tecnologia está contribuindo para o macrodesafio ‘Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional’, através desse aplicativo, e colocando o TJSE na vanguarda da prestação de seus serviços”, comemorou.

Conforme o Analista Judiciário João Henrique Oliveira, que desenvolveu o aplicativo, o intuito é auxiliar os profissionais na realização de suas atribuições. “A capacidade adicional de geolocalização, imagens em tempo real e mobilidade que um aparelho celular dispõe com certeza irá maximizar a execução das tarefas dos Oficiais. O Tribunal pôde, através dessa iniciativa, vislumbrar um horizonte cada vez mais atualizado e moderno no que diz respeito ao uso de aplicações móveis”, opinou João.



Gripe: sinal de alerta acionado nesta temporada



Diretor do Centro Médico do TJSE lembra que cuidado com a saúde deve ser redobrado

Segundo dados do Ministério da Saúde, o número de casos de gripe no Brasil caiu 81% no ano passado em relação a 2016 e mesmo predominando o vírus H1N1, as campanhas desenvolvidas em todo o país, conseguiram equilibrar a situação. Para este ano, estima-se que este número tenha uma nova queda.

Para tanto, uma série de campanhas já está sendo programadas. No Nordeste, nesta época do ano devido as baixas temperaturas, muita chuva e a proximidade dos festejos juninos, o número de pessoas infectadas com gripe costuma crescer com a evidência das fumaças de fogueiras e fogos. É agora que o sinal de alerta é acionado.

Quem ainda não sabe, a gripe ou influenza é uma infecção que afeta o sistema respiratório, tem como causa principal o vírus (influenza) e ocorre em qualquer época do ano, porém é mais presente durante o outono e o inverno, devido a quedas de temperaturas.

“O vírus da influenza é classificado em 3 tipos: A, B e C. Os tipos de maiores importâncias clínicas são A e B, sendo que a influenza A causa até 75% das infecções.

O vírus da influenza A é classificado em subtipos. Em humanos a infecção ocorre pelos H1, H2, H3 e N1 ou N2. Atualmente, no Brasil, estão circulando o H1N1, H1N2 e H3N2”, informou

o médico, José Osvaldo Barreto de Ávila, Diretor do Centro Médico do TJSE.

Segundo ele, a transmissão ocorre por meio de secreção das vias respiratórias de pessoas contaminadas ao falar, tossir, espirrar ou ainda pelas mãos contaminadas. O período de incubação do vírus vai de 01 a 04 dias e os sintomas e sinais da influenza incluem: febre, calafrios, mal-estar, cefaleia (dor de cabeça), mialgia, (dores musculares), dor de garganta, prostração, coriza, tosse seca, fadiga, rouquidão e hiperemia conjuntival.

Algumas medidas de prevenção podem ser aplicadas para



impedir o desencadeamento da doença, como higienização das mãos; evitar locais com aglomeração de pessoas que possam facilitar a transmissão do vírus; cobrir a boca ao espirrar ou tossir, usando lenços descartáveis; utilizar álcool em gel nas mãos e a vacina, sendo esta considerada uma das medidas mais seguras e eficazes de prevenção.

Ações de prevenção

“Aqui no TJSE são realizadas ações de prevenção através de vacinas, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, quando a mesma dispõe deste material e quando somos aten-

didos nas quantidades solicitadas das referidas vacinas, as quais nem sempre estão disponíveis no período que mais precisamos”, ressaltou o diretor.

De acordo com ele, durante o atendimento ambulatorial de servidores acometidos da moléstia, além do procedimento terapêutico, tem sido orientado à necessidade do repouso, a ingestão de líquidos e os cuidados de higiene além da preocupação para evitar a contaminação de outras pessoas.

O médico chama ainda a atenção para todos os cuidados que ajudem a manter um orga-

nismo forte, saudável, com boa imunidade bio-psico-espiritual, como hábitos de boa alimentação, exercícios físicos, contatos com a natureza, dormir bem e práticas de que venham exercitar a mente e o espírito, como a meditação e as boas leituras, além de procurar viver em ambientes onde o AMOR seja fato real.

“A pessoa acometida por gripe tem total condição de ficar curado. O vírus da gripe é que permanece na natureza (cosmo), mas já estamos em vias de realização de mais uma campanha no TJSE a exemplos de anos anteriores”, lembrou o médico.

COMO BLINDAR O CORPO

Sendo a gripe uma doença respiratória causada pelo vírus influenza – transmitido através do contato com secreções das vias respiratórias, eliminadas pela pessoa

contaminada ao falar, tossir ou espirrar e também por meio das mãos e objetos contaminados – alguns cuidados podem ser adquiridos como forma de blindagem do corpo, além da vaci-

nação que é mais um mecanismo de proteção contra a gripe:

1. Dormir bem

Dormir sete horas por noite já mantém os vírus afastados, porque o sono regula os níveis de cortisol, hormônio responsável pelo estresse e pela prevenção de doenças.

2. Exercitar-se

Faça, pelo menos, 90 minutos semanais de atividade física moderada. Exercícios físicos aumentam as defesas do corpo. Se você já estiver infectada, movimente-se assim mesmo para acelerar a recuperação.

3. Consumir alimentos ricos em vitamina D

Beba leite e coma peixe regularmente. A carência dessa vitamina nos torna mais vulneráveis a sofrer com gripes e resfriados.

4. Alternar banho quente e frio

Após se lavar, regule o chuveiro para temperatura quente e fique sob a água por 30 segundos. Então, mude para fria e permaneça por mais 10 segundos. Repita o processo três vezes, terminando a ducha com a água fria. Essas alterações de temperatura fortalecem nosso sistema imunológico.

5. Evitar lugares fechados

Abra as janelas e deixe o ar circular por todos os cômodos da casa. A falta de circulação de ar e o tempo seco ajudam as bactérias a se proliferarem, transmitindo doenças mais facilmente.





“ Sempre gostei das novidades da tecnologia ”

Desa. Marilza Maynard Salgado de Carvalho conta como foi sua trajetória no TJSE

Por Fábio Soares

Em 2015, a Desembargadora Marilza Maynard Salgado de Carvalho encerrou sua carreira na magistratura, após 33 anos. Na verdade, ela reinventou-se: hoje está empreendendo à frente de uma fazenda, com gado de engorda. Nessa nova carreira, divide o tempo com viagens, família, academia, inglês e, em breve, vai abrir escritório de advocacia. A magistrada construiu uma biografia que a tornou uma das personalidades que mais contribuíram para a história recente da Justiça sergipana. Com essas credenciais, ela foi entrevistada pela Revista Judiciarium para a seção “Prata da Casa”.

A senhora foi uma das primeiras mulheres a serem Juízas de Direito em Sergipe. Como foram os primeiros anos na magistratura?

Os primeiros anos foram de dificuldades até mesmo no deslocamen-

to, porque para chegar à Comarca de Neópolis, onde passei os primeiros dois anos e meio, as pessoas tinham receio de transitar por um trecho em que tinha havido muitas mortes. Tanto assim, que minhas idas e vindas à Comarca eram de ônibus. Além disso, nós ganhávamos muito pouco quando entramos na Justiça, em 1972, e eu não tinha condições de pagar um motorista. Na época, havia três Distritos na Comarca: Pacatuba, Brejo Grande e Ilha das Flores. Eu me deslocava para todos eles, daí a minha ideia, desde então, de não haver o deslocamento das partes e sim do magistrado. Os deslocamentos eram feitos em estrada de barro. Então era poeira ou lama. Houve um período em que o Juiz da Comarca de Propriá, Dr. Antônio Machado, sofreu dois acidentes de carro e eu tive que substituí-lo. Assim, por quase um ano, estive à frente de 10 municípios, com o acréscimo dos seis da Comarca de Propriá. Foi um início

difícil, sem contar que eu era recém-casada. Porém foi bom porque me deu uma visão ampla de trabalho. Você tem que estar preparado para enfrentar esses momentos difíceis da sua vida. Eu fiz a eleição de 1972 de dez municípios. Aquilo era uma loucura e não adiantava dizer que não ia fazer porque o próprio Tribunal dizia que tinha que ser eu pois não havia a figura do Juiz Substituto adido à Corregedoria. Depois fui para a Comarca de Simão Dias, onde enfrentei uma revisão eleitoral. Foram cancelados muitos títulos, o que ocasionou uma revolta geral. Aquela revisão foi feita por ordem do Tribunal Superior Eleitoral, mas não se queria aceitar; e os políticos não vão de encontro à figura do Ministro que ordenou a revisão. Vão de encontro a quem está presente executando o serviço. Mesmo assim, Simão Dias foi uma Comarca que me marcou pela afinidade com as pessoas com quem trabalhei,

apesar de me considerarem muito exigente. Cheguei a receber o título de Cidadã Simãodiense e fiquei muito feliz com isso. Depois fui para a Comarca de Itabaiana, onde fiquei um tempo menor, indo em seguida para a 4ª Vara Criminal de Aracaju. Um ano após fui removida para a 9ª Vara Cível, onde tive a oportunidade de padronizar algumas rotinas.

A senhora sempre buscou aperfeiçoar as rotinas de trabalho onde quer que estivesse atuando. De onde vinha a inspiração?

Em cada Comarca por onde eu passava, eu via uma necessidade. Na 9ª Vara Cível, por exemplo, eu já imaginava como seria o processo virtual. Para otimizar o trabalho, na mesma folha dos despachos, eu já fazia a conclusão e a escritã juntava ao processo, com muita coisa padronizada. A sistematização de modelos culminou com o lançamento do livro: 'Racionalização da Justiça', que foi uma contribuição para aperfeiçoar procedimentos e não deixar a Justiça estática. Tudo tem que evoluir e sempre gostei de utilizar as novidades da tecnologia.

Após mais de uma década do término de sua gestão à frente do Tribunal de Justiça (biênio 2005-2007), com o tema "Justiça e Tecnologia", houve algo planejado que não tenha alcançado?

Por inacreditável que pareça, eu fiz tudo o que planejei; mesmo com pouco tempo; mesmo com os problemas de família que eu vivi com a perda de Salgado (João Salgado de Carvalho, esposo, falecido em julho de 2005). Agora, por que eu consegui? Eu consegui porque eu me doeí muito ao Tribunal. Então não havia sábado, domingo, nem dificuldade de acordar cedo para visitar os fóruns. Nada disso existiu pra mim. Graças a Deus eu consegui realizar tudo o que eu imaginei: na área de tecnologia, dotar cada funcionário com um computador; implantar o Juizado Virtual. Um dos momentos mais felizes da minha gestão foi quando vi um vídeo com um caminhão chegando com grande volume de computadores. Outra alegria foi saber que mais de 30 instituições, como Banco Central, Casa da Moeda, Presi-

dência da República e Superior Tribunal de Justiça (STJ), haviam aderido a atas de Registro de Preço das licitações que fizemos. Isso foi uma coisa muito importante porque mostrou a lisura de nosso trabalho.

E a experiência à frente da Corregedoria?

Eu soube aproveitar os dois anos na Corregedoria para implantar a Correição Eletrônica, que foi uma ferramenta inovadora. Pudemos divulgar aquela novidade em vários eventos pelo país. Lembro que apresentamos um projeto sobre formatação de Carta Precatória no STJ. Houve também uma apresentação sobre a padronização de Mandados para cumprimento pelos Oficiais de Justiça. Antes eles lavravam a certidão no verso do mandado com redação livre, que muitas vezes se estendia para outras folhas. Então, consolidamos um padrão a partir do modelo utilizado no carimbo dos Correios para devolução de correspondências. O resultado me estimulou a observar outras oportunidades de modernização de procedimentos por onde andei.

À frente da antiga Escola Superior da Magistratura, hoje Escola Judicial do Estado de Sergipe, a senhora utilizou da experiência acumulada nas habilidades como gestora, magistrada e professora. Qual foi o maior desafio?

O maior desafio foi estruturar o Curso Preparatório para Ingresso na Magistratura e realizar seminários de grande porte. Era a forma de angariar recursos para a sobrevivência da Escola. Trouxemos muitos palestrantes de renome nacional, como a Ministra Fátima Nancy Andrighi, do STJ; Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF); Alexandre de Moraes, hoje ministro do STF; e Rodrigo da Cunha Pereira, do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Lembro que, quando eu assumi a direção da Esmese, não havia sede nem praticamente nenhuma estrutura: apenas recebemos duas caixas em que estavam alguns equipamentos, como um videocassete e fitas de palestras. Então eu fui estruturar a Escola e fazer com que a Esmese tivesse a sua vida própria.

Felizmente ela tomou corpo e chegou aonde está e tem até uma independência financeira hoje. Fico feliz de saber que pessoas daquele tempo ainda se encontram lá, como Patrícia (Souza), Jumar (Ramos) e Alcinira (Porto). Elas criaram a Escola comigo praticamente, junto com Evaristo Andrade, que muito me ajudou naquela época.

A Senhora também lecionou na Universidade Federal de Sergipe por muitos anos e certamente foi inspiração para muitos alunos. E para a senhora? Quais foram os grandes mestres?

Eu tive grandes mestres desde a época do primário. Posso citar Maria e Bernadete Galvão, do Colégio do Salvador; Professores Ofenísia Freire, José Rollemberg Leite e Gildete Lisboa. Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), também tive grandes mestres: Professores Gonçalves Rollemberg Leite, Waldemar Fortuna de Castro, Osman Hora Fontes e Bonifácio Fortes. Eu fui muito ligada aos meus mestres; sempre procurei cultivar amizade, até com aqueles mais reservados e conservadores.

Como o magistério surgiu na vida da senhora?

Quando comecei a trabalhar na capital, fiz um concurso para uma disciplina com que eu não tinha muita familiaridade: Direito Comercial. Na época não era possível fazer direto para a matéria de Processo Civil, que eu almejava. Lá eu também ensinei Direito Eleitoral e Prática Forense. Eu tenho saudade dos meus alunos, apesar de ter sido um tempo de muito sacrifício, porque eu lecionava à noite e saía do Fórum direto para a faculdade, sem jantar. Quando da minha passagem pela Presidência do Tribunal, deixei um presente para os alunos e ex-alunos da UFS, que foi a construção, dentro do Campus, de um Fórum que tem o nome do Professor Gonçalves Rollemberg Leite. Hoje encontro os meus ex-alunos, até mesmo na academia, e gosto muito de ser chamada por eles de professora. De todas as disciplinas que eu ensinei, a que eu mais me dediquei foi a de Prática Forense porque pude inovar. Antes os alunos

acompanhavam genericamente o trabalho da Defensoria. Então, apresentei ao Conselho da UFS a proposta de o aluno ser encaminhado para acompanhar um Defensor específico. Os alunos gostavam porque aprendiam com mais intensidade e os Defensores, porque tinham alguém para auxiliá-los. Quando antes, numa Vara de Assistência Judiciária, tínhamos apenas uma sala com uma mesa, onde sentávamos porque não havia cadeiras, hoje temos um Fórum funcionando no próprio campus para a prática dos alunos.

Como foi a experiência de concluir a carreira na magistratura com a convocação para atuar no STJ?

Foi o maior presente que eu poderia receber na minha vida como magistrada. Fiquei quase dois anos no STJ, durante a gestão do Presidente, Ministro Félix Fischer. Lá eu fui trabalhar na área criminal. Foi um desafio especialmente importante porque passei muito tempo na área cível e fui professora de Processo Civil. Aí tive que estudar bastante, dei muito de mim. Falei para o Ministro Fischer: Eu não tenho experiência, mas eu garanto ao senhor que não vou lhe decepcionar. Para os integrantes da Turma em que atuei, consegui transparecer segurança suficiente a ponto de os colegas não perceberem que eu não trabalhava na área criminal antes do STJ. Quando eu chegava em Brasília, eu já estava com todos os processos físicos que ia julgar no dia seguinte. Foi realmente muito bom. Você testa a si mesma. Agora vou para outro desafio: advogar na área cível ainda neste ano e vou ver no que vai dar.

Depois de uma carreira consolidada no Judiciário, a senhora se reinventou como administradora de uma fazenda. Como foi essa transição?

Eu sempre digo que a vida é feita de momentos. Acabou aquele momento, vamos passar a outro. Então, eu acho que a fase do Judiciário foi uma. A fase que eu estou vivendo hoje como aposentada é outra. Não sinto nem que estou aposentada de tanta coisa que eu faço. É bom você mudar, porque tudo na vida se torna uma grande rotina. Eu me sinto realizada quando vou ao Tribunal hoje porque pude

fazer muita coisa lá; os funcionários me recebem com emoção e dizem que não esqueceram de mim.

Em cenário economicamente desfavorável, como a senhora tem driblado as dificuldades para empreender no ramo da pecuária?

Não tem sido fácil, porque tudo está com preço elevado. Para se manter uma fazenda hoje, é preciso muito recurso e há dificuldade para obter o retorno financeiro. Mas a gente tem que entender que são fases. Já passei fases difíceis em todas as minhas profissões. O Brasil está vivendo uma crise muito séria. De certa forma, a crise até tardou a chegar devido a tanta corrupção que nós estamos vendo. Essa crise é fruto da corrupção. De onde você tira e não coloca nada, um dia acaba. A gente passou a se acostumar a ouvir cifras de bilhões de reais em desvios, coisa que antigamente não se escutava. Acho que o cenário vai melhorar, a partir das medidas que estão sendo tomadas. As pessoas vão ficar mais receosas em cometer irregularidades. Nesse sentido, espero que o STF tome uma posição firme que resguarde ações de investigação, especialmente da Operação Lava Jato.

O Judiciário tem sido muito procurado para socorrer a sociedade em lacunas deixadas por outros Poderes, a exemplo das áreas de saúde e educação. Como a senhora avalia esse papel da Justiça?

Acho importante porque quem está sofrendo com essas lacunas? A sociedade. Então, se a sociedade nos procura, temos a obrigação de atendê-la. Desde a minha época, essa questão de saúde e outros temas são objeto de apreciação pela Justiça. Hoje essas demandas chegam em maior quantidade. Eu dei muitas decisões a respeito de saúde e de improbidade administrativa. Se nós estamos vivendo um momento em que o Judiciário é mais procurado, é nossa tarefa atender; não podemos recuar e acho que a Justiça nunca recuou.

No Judiciário, a senhora desenvolveu projetos de grande alcance social, como o Todo Município com

Justiça, para instalar fóruns mesmo em municípios pequenos; e o Todo Cidadão com Registro, com mutirões para certidão de nascimento e casamentos comunitários; sendo ações de aproximação das pessoas em relação ao Judiciário. Como a senhora percebe hoje a imagem do Judiciário para o cidadão?

Antigamente o Judiciário era um Poder muito fechado. Lembro que, quando eu entrei na magistratura, fui orientada a chegar nas Comarcas e não conversar com autoridades locais, com políticos, para não haver um comprometimento. Era tanta restrição, que a gente não ficava à vontade. Hoje o Juiz é orientado ao contrário. O Juiz que não conhece a sociedade, não pode julgar bem aquelas pessoas. Se você não vai à padaria comprar seu pão, não tem como saber se o preço está elevado. Para bem decidir, tem que conhecer; tem que participar. Acho que a sociedade procura o Judiciário porque é aberto e a Justiça fica feliz de prestar o seu serviço. Por mais humildes que sejam, numa necessidade, as pessoas dizem que 'vão procurar a Justiça'. É uma frase que ficou muito comum hoje. Acho que isso é gratificante para o Judiciário.

A sociedade atual vive uma crise de valores, em que honestidade, por exemplo, parece ser um diferencial e não obrigação de todos. Como a senhora vê o nosso tempo?

Vejo com tristeza e esperança. Vejo que as pessoas que pautam a vida com seriedade e retidão não são tão valorizadas. Acho que esse quadro está mudando um pouco, pois quem não se pauta com correção tem ficado mais exposto e as pessoas passam a desvalorizar. Como neste ano teremos eleição, seria bom que esse conhecimento fosse considerado no momento do voto. Acho que há esperança devido a ações como a Operação Lava Jato. Além disso, temos a cobertura intensa da imprensa, que tem trabalhado muito bem para levar os acontecimentos para análise da população.



Com ferramentas conscientes de reflexão sobre o cumprimento do propósito de vida e a autoblindagem energética, foi lançado em março deste ano, o livro *Divino Aterramento* de autoria do servidor Thiago Avelino, chefe da Divisão de Planos e Programas da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento do TJSE e também pesquisador em estrutura comportamental humana.

A obra apresenta técnicas de equilíbrio mental e energético proporcionando ao leitor orientações de como neutralizar a influência energética do dia a dia através de uma blindagem energética mental e busca melhor qualidade de vida.

Segundo o autor, a ferramenta do *Divino Aterramento* não deve ser adotada como instrumento de fanatismo, mas sim como meio de calibração energética e reprogramação celular

BLINDAGEM MENTAL COMO QUALIDADE DE VIDA

ativadas pela frequência do som das notas musicais primárias. “Quem nunca já teve as energias ‘roubadas’ após uma conversa com um amigo? Com a aplicação dos conceitos e saberes devidamente referendados neste livro, o leitor é convidado a aplicar simples técnicas de proteção energética”, disse ele.

O *Divino Aterramento* traz a possibilidade do autoconhecimento profundo da psique, aliado ao fato do franco entendimento da multidimensionalidade da consciência, permitindo a blindagem energética do ser humano enquanto ele estiver no projeto do planeta Terra.

Thiago ensina ainda que a técnica tem aplicabilidade simples e reprograma células pelo som e transmissão dos saberes que ressaltam a devoção, intuição, verdade e amor incondicional. Pode ser aplicada restabelecendo a conexão com os sete principais centros energéticos (chacras) distribuídos ao longo da coluna vertebral do corpo físico humano.

Mergulho Interior

O equilíbrio mental e energético é possível com a prática do *Divino Aterramento*, uma vez que o leitor é convidado a reflexões e exercícios conscienciais, principalmente neste momento em que nós, seres humanos, participamos de um estado

condicionante de sonolência de bondade superficial, esquecendo-nos do arquétipo da inteireza.

Sobre isso, o autor explica que na inteireza, o ser humano entende o funcionamento melhor das suas emoções, bem como o funcionamento do corpo diante das reações à realidade externa apresentada, possibilitando a alteração contínua do mundo real ilusório para o mundo real existente, por meio do restabelecimento da conexão com a fonte de origem.

“Primeiramente, é necessário que a pessoa decida observar todos os seus atos, palavras, comportamentos e pensamentos em um verdadeiro processo de mergulho interior, sem medos nem ressalvas. Após, com as ferramentas de autoconhecimento efetivadas, segue-se para a aproximação maior com a essência e particularidades do *Divino Ser Inteiro* e com atenção plena no vivenciar o Agora, que possibilita a conexão entre a mente, o corpo e o espírito em completa quietude” finalizou.



Mãe como espelho

Gardênia Simone Amaral Oliveira, lotada no Atendimento Geral do Fórum Olímpio Mendonça do Conjunto Orlando Dantas, está há quase 30 anos no TJ e declara que a mãe, Sônia, de certa forma, a incentivou muito.

Trabalhou ao lado da mãe por um bom tempo, hoje está numa outra unidade do Poder, mas declara que ainda se sente protegida pela mãe, mesmo distante. “Quando trabalhávamos no mesmo prédio, a proteção era maior. Somos muito amigas. Tenho orgulho de tê-la como colega de trabalho no mesmo órgão e ainda sinto falta dela trabalhando pertinho de mim”, disse.

Jacqueline Simone também é muito ligada à mãe. Com igual tempo de serviço, cresceu admirando a mãe, sua disposição e coragem além dos esforços para vencer na vida e dedicação à família. Para ela, a mãe é uma mulher corajosa e ativa e não se entende como pessoa sem a presença dela em sua vida.

Devido a sua criação, Jacqueline guarda grandes lições passadas pela mãe e admite ter herdado sua personalidade forte, sendo grata por isso. “Que vale a pena viver muito, lutar sempre para que o dia seguinte seja realmente um novo dia. Minha mãe me fez crescer nessa jornada da vida. Se ela não tivesse ao meu lado, acredito que não teria progredido tanto, pois, sempre me fez perceber o quanto é imprescindível lutar, enfrentar as dificuldades, e seguir adiante, mesmo com todas as adversidades”, finalizou.

ALÉM DO CORDÃO UMBILICAL

No Palácio de Justiça do Tribunal de Justiça de Sergipe não tem quem não as conheça. Técnicas Judiciárias do quadro efetivo, Sônia Maria Amaral Oliveira, da Subsecretaria da Câmara Criminal, Jacqueline Simone Amaral de Oliveira Barreto, no gabinete da Desa. Elvira Maria de Almeida Silva e Gardênia Simone Amaral Oliveira, agora na Vempa, fazem parte de uma relação além do cordão umbilical.

Em mais de 30 anos de experiência e várias amizades, dona Sônia, como é conhecida, já teve a oportunidade de reunir quase todos os filhos e marido, num só ambiente de trabalho, mas hoje, apenas uma filha é parceira do mesmo ambiente e a outra numa unidade distinta do órgão.

No dia a dia, a troca de informações é constante. Quase sempre estão juntas em eventos do Poder. Para a mãe, é um orgulho

trabalhar com as filhas. Ela diz que consegue reunir experiências, convívio familiar, amor e cuidado, sem interferir na vida delas. “Toda mãe gosta de ter os filhos por perto. É como se fosse a continuidade da minha casa. Já tive todos eles e marido, hoje falecido, trabalhando junto comigo aqui”, salientou.

Para Sônia, cada uma das filhas tem sua forma própria de trabalhar. Existe parceria sim, mas de mãe e amigas. “São independentes. Consigo controlar aqui meu lado materno. Gosto de vê-las caminhar com suas próprias pernas. Acho que mãe é mãe em todos os sentidos e lugares, resta a mim saber até que ponto posso me envolver na vida de cada filho. Sempre estive ao lado delas para o que der e vier e conciliar este amor de mãe, de amiga com o trabalho, é algo que a gente aprende com o decorrer do tempo”, pontuou.

**Conte para a
Justiça de
Sergipe**

**É bom
ouvir
você!**

**QUEIXAS, DENÚNCIAS,
SUGESTÕES OU ELOGIOS**

Disque 159
www.tjse.jus.br/ouvidoria



OUVIDORIA-GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE

